

Continuação

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$ 1,75 a R\$ 9,08.

27. Informações por segmento: Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração utiliza essa mesma informação na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias, bem como é a informação recebida e utilizada pelo principal tomador de decisões operacionais. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela Administração da Companhia. Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos: (i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos. (ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrentes do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados. (iii) Indústria: compreende as operações decorrentes da industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel. A Companhia define seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

	Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Operacional		2.543.550	2.535.397
Insumos		1.777.675	1.347.473
Grãos		4.636.271	3.002.392
Indústria		8.957.496	6.885.262
Rec receita operacional líquida		(2.096.646)	(1.934.724)
Insumos		(1.607.168)	(1.214.505)
Grãos		(4.063.891)	(2.645.611)
Indústria		(7.767.705)	(5.794.840)
Custo das mercad. e prods. vendidos		446.904	600.673
Insumos		170.507	132.968
Grãos		572.380	356.781
Indústria		1.189.791	1.090.422
Lucro bruto antes do ajuste a vlr. justo		15.872	(47.700)
Ajuste a valor justo		1.205.663	1.042.722
Lucro bruto		1.205.663	1.042.722

	Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Operacional		2.543.550	2.535.397
Insumos		1.766.232	1.348.050
Grãos		4.689.203	3.002.392
Indústria		8.998.985	6.885.839
Rec receita operacional líquida		(2.096.646)	(1.934.724)
Insumos		(1.608.314)	(1.214.505)
Grãos		(4.063.891)	(2.645.611)
Indústria		(7.767.705)	(5.794.840)
Custo das mercad. e prods. vendidos		446.904	600.673
Insumos		170.507	132.968
Grãos		625.312	356.781
Indústria		1.230.134	1.090.999
Lucro bruto antes do ajuste a vlr. justo		15.872	(47.700)
Ajuste a valor justo		1.246.006	1.043.299
Lucro bruto		1.246.006	1.043.299

Rec receita por cliente: O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

	Controladora e consolidado	31/12/2021
Cliente	Produto	% s/ Receita líquida
Cliente 1	Farelo	14,16%
Cliente 2	Biodiesel	8,43%
Cliente 3	Soja	2,92%
Cliente 4	Biodiesel	2,89%
Cliente 5	Soja	2,80%
Cliente 6	Farelo	2,74%

	Controladora	31/12/2022
Cliente	Produto	% s/ Receita líquida
Cliente 1	Farelo	17,58%
Cliente 2	Biodiesel	8,99%
Cliente 3	Grãos	3,81%
Cliente 4	Biodiesel	3,74%
Cliente 5	Biodiesel	3,37%
Cliente 6	Grãos	3,06%

Localização geográfica: As informações abaixo sobre a receita de exportação, consideraram a localidade do cliente.

	Controladora	Consolidado	Controladora e consolidado	31/12/2022
País	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Arábia Saudita	-	21.144	-	-
Austrália	75.161	75.161	-	-
Bangladesh	-	5.678	-	-
Chile	-	336	-	-
China	-	432.576	-	-
Colômbia	-	439	-	-
Coreia Do Sul	-	14.352	-	-
Dinamarca	-	90.580	-	-
Espanha	-	10.390	-	-
Guatemala	-	76.685	-	-
Holanda	-	18.155	-	-
Ilhas Virgens	4.444	4.444	-	-
Indonésia	-	21.718	-	-
Itália	69.300	395.966	1.055.166	-
Japão	-	5.309	-	-
Marrocos	-	7.418	-	-
Singapura	-	151.755	-	-
Suíça	991.281	991.281	-	-
Taiilândia	-	165.775	-	-
Uruguai	1.291.050	292.219	48.339	-
Venezuela	-	5.320	-	-
Vietnã	-	266.877	-	-
	2.539.066	3.053.578	1.103.505	

28. Transações não caixa: A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades operacionais e de investimentos, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou operação de *Risk Sharing* que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para o fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas, sem efeito no caixa da Companhia. Essa operação gerou o registro da baixa dos títulos em aberto com o fornecedor e o reconhecimento de um adiantamento para o fornecedor a ser utilizado para quitação de títulos futuros. Essa operação foi liquidada no exercício de 2023. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou operação de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para o fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas, sem efeito no caixa da Companhia. Essa operação gerou o registro da baixa dos títulos em aberto com o fornecedor. Essa operação foi realizada no valor de R\$ 20.000 e possui vencimento em novembro de 2024. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia deixou de efetuar pagamentos de aquisições de ativo imobilizado no montante de R\$ 12.334 tendo em vista que tal montante encontra-se a pagar a fornecedores, não tendo ocorrido saídas de caixa em 31 de dezembro de 2023 referente a este montante.

29. Eventos subsequentes: (i) **Constituição da Joint venture entre Três Tentos Agroindustrial S.A. e Caramuru Alimentos S.A.:** Em 04 de janeiro de 2024, a Companhia obteve aprovação do CADE para constituição da *Joint venture* entre Três Tentos Agroindustrial S.A. e Caramuru Alimentos S.A. com objetivo de movimentação e armazenagem de cargas, origem de grãos, distribuição/comercialização de derivados de grãos e distribuição de fertilizantes. (ii) **Plano do Novo Ciclo de Crescimento:** Em 15 de janeiro de 2024, a Companhia divulgou o plano do Novo Ciclo de Crescimento da Companhia, com um investimento previsto de aproximadamente de R\$ 2.000.000 ao longo dos próximos sete anos. Os investimentos previstos durante o período contemplam: • implementação da primeira indústria de processamento de milho da Companhia voltada para a produção de Etanol e derivados de milho localizada na cidade de Porto Alegre do Norte no Estado do Mato Grosso; • abertura de novas lojas na região do Vale do Araguaia localizada no Estado do Mato Grosso; • ampliação da capacidade industrial do complexo Soja e da produção de sementes e fertilizantes; • investimentos em logística, tecnologia, inovação, novos negócios e regiões. Está incluído no investimento previsto o valor de R\$ 200.000 na nova estrutura de logística e armazenagem no Arco Norte anunciado em 18 de dezembro de 2023 na constituição de uma *Joint Venture* com a Caramuru Alimentos S.A. As fontes de recursos para execução do Novo Ciclo de Crescimento estão sendo firmadas, sendo prevista a seguinte alocação: (i) 25% em captações através de operações estruturadas; (ii) 45% em empréstimos e financiamentos de longo prazo; (iii) 30% em recursos próprios, levando-se em consideração os desembolsos periódicos do cronograma de expansão, performance da Companhia e um equilíbrio entre capital investido e geração de caixa. (iii) **Aprovação pelo CADE de aquisição de controlada:** Em 31 de janeiro de 2024, a Companhia obteve a aprovação do CADE para aquisição do controle da empresa FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. ("FWA 158"), por meio da aquisição de ações representativas de 100% do capital social total e volante da FWA 158. Atualmente, a FWA 158 encontra-se em fase pré-operacional, sendo titular de alguns ativos imobiliários e licenças operacionais. A operação faz parte do projeto do Novo Ciclo de Crescimento da Companhia, com objetivo de implementar a indústria de processamento de milho.

Luiz Osório Dumonce
Diretor Presidente.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Três Tentos Agroindustrial S.A. Santa Bárbara do Sul - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Três Tentos Agroindustrial S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do valor justo de ativos e passivos atrelados a commodities:** Veja as Notas 3 (b), 5, 7, 8 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em função da natureza de suas operações, a Companhia mantém transações ativas e passivas como estoques,

cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo, que são atreladas a commodities e estão mensuradas pelo seu valor justo. A determinação do valor justo considera a política contábil da Companhia e utiliza premissas que estão sujeitas ao julgamento da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo dessas transações e ao impacto que eventuais mudanças na política contábil e nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Obtenção do entendimento (i) do processo de definição e aplicação das políticas contábeis da Companhia para transações com commodities; e (ii) do processo de valorização dos ativos e passivos atrelados a commodities que são mensurados a valor justo; - Avaliação se a classificação e a contabilização das transações com commodities foram baseadas nas políticas contábeis e diretrizes da Companhia, bem como nos requerimentos estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis; - Avaliação, por amostragem, dos termos de contratos futuros de compra e venda de commodities e das cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), com o objetivo de avaliar os termos contratuais das commodities utilizadas na mensuração do valor justo; - Avaliação, por amostragem, de transações de aquisições de commodities a fixar, com o objetivo de avaliar a quantidade a fixar das commodities utilizadas na mensuração do valor justo; - Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, das premissas relacionadas ao preço das commodities, com base em informações de mercado, utilizada para cálculo do valor justo de estoques, cédulas de crédito dos produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo; - Obtenção de cartas de confirmação de instituições financeiras que são contrapartes em operações de contratos a termo, com o objetivo de validar a existência das operações e seus termos contratuais; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores relacionados a commodities e passivos atrelados a commodities, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Subvenções governamentais:** Veja as Notas 3 (b), 23 (i), (ii), (iii) e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais estaduais relativos ao crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento do ICMS; e incentivos fiscais federais de PIS e COFINS relacionados a créditos presumidos. Os incentivos fiscais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção de valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. Devido à relevância dos valores envolvidos e seus impactos tributários, bem como a complexidade na interpretação e aplicação da legislação tributária e das decisões judiciais acerca de tais subvenções governamentais, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: - Obtenção do entendimento do processo de apuração dos incentivos fiscais relacionados a subvenções governamentais; - Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em tributos, (i) da documentação suporte preparada pela Administração para cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária para fruição dos incentivos fiscais; e (ii) do cálculo para apuração desses incentivos fiscais; - Avaliação, com auxílio de nossos especialistas legais, das opiniões legais e atualizações obtidas pela Administração, no que tange ao cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária e na aplicação dos critérios definidos em decisão judicial; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores contabilizados relacionados a subvenções governamentais, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governação pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as

normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos de natureza contingível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/F-7
Cristiano Jardim Segueiro Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração: Para fins do artigo 25 da Instrução CVM 480, A Diretoria da Três Tentos Agroindustrial S.A., sociedade por ações com sede na Av. Principal, Distrito Industrial, nº 187, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande Do Sul, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia") declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, 20 de fevereiro de 2024.

Luiz Osório Dumonce
Diretor Presidente

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC